

## ACORDO AUTÁRQUICO PARA “ENFRAQUECER HEGEMONIA SOCIALISTA”



Seguindo uma “tradição da democracia portuguesa”, o PSD e o CDS-PP assinaram um acordo de coligação para as eleições autárquicas, que pretende juntar os melhores candidatos para estarem ao serviço das populações no poder local



pág. 3

### PSD

#### PSD DIVULGA MAIS 51 CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Rui Rio anunciou na sexta-feira, 12 de março, em Coimbra, os nomes de 51 candidatos do PSD às próximas eleições autárquicas. Todos os candidatos foram homologados pela Comissão Política Nacional (CPN)



pág. 5

### PARLAMENTO

#### PSD QUER QUE MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGUE VENDA DE BARRAGENS PELA EDP

Em causa está aquilo que os deputados social-democratas consideram ter sido uma “borla fiscal” do Governo à EDP, ao isentá-la do pagamento de IRC, Imposto de Selo, IMT e de emolumentos sobre o valor de 2,200 milhões de euros



pág. 9

### REGIONAIS

#### PSD/MADEIRA QUER FUNDO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO BANIF

O grupo parlamentar do PSD entregou, dia 12, na Assembleia Legislativa da Madeira um projeto de resolução que recomenda ao Governo da República que assegure “todas as condições para a criação do Fundo de Recuperação de Créditos do Banif”





**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## CABO IGNORADO

Desde 2017 que o norte de Moçambique tem sido assolado por uma violenta e criminoso onda terrorista. Grupos fundamentalistas, nomeadamente o Ansar al-Sunna, facção pertencente do autoproclamado Estado Islâmico, assassinam civis e militares da forma mais vil e cruel, semeiam o caos e apropriam-se, inclusivamente, dos recursos naturais da província de Cabo Delgado.

Nestas circunstâncias é mais o Cabo Esquecido, nas palavras da repórter do "Jornal de Notícias", Ana Sofia Rocha, que a própria escolheu para classificar a insustentável situação dos locais.

A comunidade internacional condena, mas pouco mais faz. Esta semana a organização Save the Children fez uma denúncia que deveria envergonhar toda a comunidade internacional. Há crianças que estão a ser decapitadas pelos fanáticos militantes deste grupo jihadista. A carnificina já matou mais de 2.500 pessoas, deslocou 200.000 moçambicanos e mais de 1 milhão vive em condições de fome severa.

Portugal tem duas vezes o dever e a obrigação de exigir que as organizações multilaterais, os Estados e as nações livres encontrem uma solução, lançando uma operação no terreno, em cooperação com as autoridades nacionais, para acabar com esta matança. Primeiro, porque, tendo em conta a ligação histórica e afetiva com os moçambicanos, conhecemos o território melhor que ninguém. Segundo, porque, por via da presidência do Conselho da União Europeia, estamos obrigados a alertar os 27 estados-membros para a necessidade de uma solução que ponha termo a este bastião de terrorismo, em definitivo.

O PSD tem insistido em promover um conjunto de iniciativas, no quadro parlamentar, para denunciar os factos e apelar à diplomacia internacional, nomeadamente à União Europeia e para condenar os atos terroristas de Cabo Delgado, que teima em persistir como um não-assunto, sistematicamente subalternizado pelos estados de emergência e pelos números dramáticos da covid-19. O extermínio em Cabo Delgado reclama uma intervenção musculada da União Europeia, que tem sido o maior investidor na paz e na segurança em África. A Política Comum de Segurança e Defesa impõe uma atuação urgente com essa finalidade.

"A PPUE trouxe também para a ordem do dia o apoio a Moçambique e a intensificação da parceria com África, quer no plano do desenvolvimento, quer no da segurança", anunciava orgulhoso, o Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros a um semanário, na passada sexta-feira.

Porém, o que se constata é que as primeiras dez semanas da presidência do Conselho da União Europeia deram pouco fôlego à causa de Cabo Delgado. O Governo não pode ficar-se pela retórica. Tem de mobilizar todos os canais diplomáticos para que a última solução, o contra-ataque ao abrigo do Direito Internacional e da Organização das Nações Unidas, possa acabar com esta chacina que se arrasta há demasiado tempo. A missão de ajuda humanitária não irá seguramente resolver o problema. A crise que antes era de assistência material, passou também a ser uma obrigação moral, tendo por pano de fundo a defesa dos princípios em que assenta a ordem internacional.

O terror que fustiga Cabo Delgado não pode ficar impune, nem corresponder apenas a mais uma tragédia de mero registo estatístico, sobre uma história de sofrimento desprezado pela comunidade internacional que, se fosse mais ágil e solidária, já teria resolvido a assunto, mesmo que para tanto tivesse de recorrer às armas, para salvar vidas e repor a paz. A guerra, a violação dos direitos humanos, a fome, a miséria e o medo – e já não basta a imprevisibilidade destruidora dos desastres naturais – têm constituído a sina das últimas gerações de moçambicanos.

"Quem vive num labirinto, tem fome de caminhos", escreveu Mia Couto. De igual modo, quem vive, à beira do precipício, numa das nações mais massacradas pela guerra civil, também anseia por um sinal de esperança e precisa, com urgência, de escrever uma página de prosperidade e desenvolvimento. Cabo Delgado, infelizmente, é por enquanto o Cabo Ignorado.

# ACORDO AUTÁRQUICO HEGEMONIA SOCIAL



O PSD e o CDS-PP assinaram, na terça-feira, 16 de março de 2021, o acordo que estabelece as linhas comuns de entendimento para travar as próximas eleições autárquicas. Na cerimónia de assinatura do acordo, Rui Rio sublinhou que há condições para os dois partidos, em coligação, conquistarem "bastantes mais câmaras do que aquelas" que lideram neste momento. Rui Rio reafirma que o objetivo é "enfraquecer a quase hegemonia do PS no poder autárquico".

Seguindo uma "tradição da democracia portuguesa", esta aliança pretende, segundo Rui Rio, juntar os melhores para estarem ao serviço das populações no poder local. "Escolher bons candidatos e fazer uma campanha como deve ser", apontou.

Rui Rio considera que "as eleições autárquicas de 2021 são muito importantes para o PSD" e daí este acordo enquadrar compromissos comuns entre os dois partidos ao nível local, desde que com o aval prévio de ambas as direções nacionais.

Rui Rio insiste ainda no adiamento das eleições autárquicas, sabendo-se que a pandemia irá condicionar a campanha eleitoral e quando o plano de vacinação conhece contratempos. O líder do PSD entende como "prudente dar aqui uma folga para que as eleições" possam ser "totalmente transparentes" e "iguais para todos".

O acordo autárquico nacional estabelece que "a existência de significativos pontos de convergência de que resultam um conjunto de propostas de coligação, desejadas pelos órgãos competentes dos dois Partidos, refletem o sentimento e a vontade dos eleitores", ao mesmo tempo enaltece que "as próximas eleições autárquicas representam um marco importante na afirmação de um projeto mobilizador alternativo à maioria de esquerda que, desejavelmente, se venha a constituir num momento de viragem para a mudança".

O acordo, que foi assinado, em representação do PSD pelo Secretário-geral e coordenador autárquico, José Silvano, define que os dois partidos "podem adiantar, até ao recebimento da subvenção pública respetiva, os fundos necessários a cada candidatura abrangida pela coligação que, em termos gerais se fixam em 80% para o partido que lidera a coligação e 20% para o outro". A coligação irá ainda "assentar no princípio da boa gestão dos recursos financeiros, na sua racionalização e no pagamento atempado aos fornecedores".



# RQUIICO PARA “ENFRAQUECER SOCIALISTA”



## PSD DIVULGA MAIS 51 CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Rui Rio anunciou na sexta-feira, 12 de março, em Coimbra, os nomes de 51 candidatos do PSD às próximas eleições autárquicas. Todos os candidatos foram homologados pela Comissão Política Nacional (CPN).

Segundo o líder do PSD, a escolha simbólica da cidade de Coimbra serve “para mostrar” a mobilização social-democrata na conquista de um dos maiores municípios do País. “Quisemos mostrar o empenho que temos em ganhar uma das principais cidades portuguesas. Temos condições para o novo presidente de Coimbra seja José Manuel Silva”, declarou.

Rui Rio salienta que cabe individualmente a cada candidato apresentar-se “quando, onde e como quer”.

Até ao momento, referiu Rui Rio, o PSD tem feito “um trabalho com rigor, com disciplina, com uma programação que está a cumprir e, no fim deste mês” estarão “todas as soluções resolvidas”.

No dia 3 de março, José Silvano, Secretário-geral do PSD, deu a conhecer os primeiros candidatos a presidente de Câmara Municipal já homologados pela Comissão Política Nacional.

Até ao momento, estão anunciados “mais de 50% dos candidatos” às eleições autárquicas.

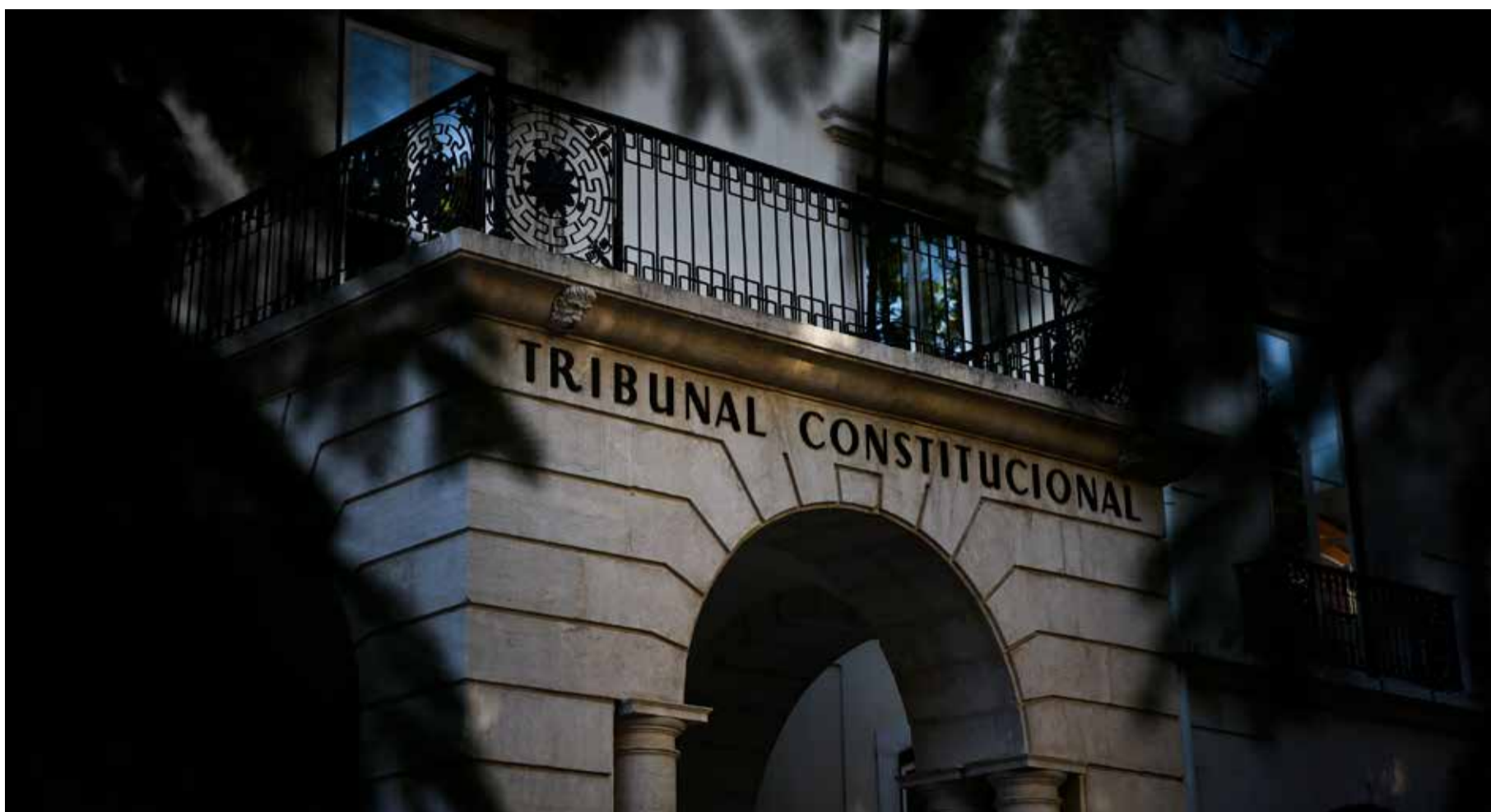
## CANDIDATOS HOMOLOGADOS E DIVULGADOS NA SEXTA-FEIRA

- |   |   |
|---|---|
| 1. ANADIA – João Nogueira de Almeida          | 27. PAREDES – Ricardo Sousa                     |
| 2. ESPINHO – António Vicente Pinto            | 28. SANTO TIRSO – Carlos Alves                  |
| 3. OLIVEIRA DO BAIRRO – José Carlos Soares    | 29. VILA DO CONDE – Pedro Soares                |
| 4. CAMINHA – Liliana Silva                    | 30. MESÃO FRIO – António Teixeira               |
| 5. TÁBUA – Fernando Tavares Pereira           | 31. MONTALEGRE – José Moura Rodrigues           |
| 6. CONDEIXA-A-NOVA – Nuno Claro               | 32. SABROSA – Mário Varela                      |
| 7. LOUSÃ – Victor Carvalho                    | 33. STA MARTA DE PENAGUIÃO – Daniel Teles       |
| 8. OLIVEIRA DO HOSPITAL – Francisco Rodrigues | 34. SANTA COMBA DÃO – António Correia           |
| 9. ARRAIOLOS – António Garcia                 | 35. S. JOÃO DA PESQUEIRA – Vitor Sobral         |
| 10. ÉVORA – Henrique Sim Sim                  | 36. ALFANDEGA DA FÉ – Vitor Bebiano             |
| 11. MOURÃO – João Fortes                      | 37. MACEDO DE CAVALEIROS – Nuno Morais          |
| 12. REDONDO – David Galego                    | 38. MIRANDA DO DOURO – Helena Barril            |
| 13. REGUENGOS DE MONSARAZ – Marta Prates      | 39. MOGADOURO – António Joaquim Pimentel        |
| 14. VENDAS NOVAS – Ricardo Manuel Videira     | 40. VILA FLOR – Pedro Lima                      |
| 15. LAGOS – Pedro Moreira                     | 41. VINHAIS – Carlos Almendra Frias             |
| 16. OLHÃO – Álvaro Viegas                     | 42. ALVAIÁZERE – João Paulo Guerreiro           |
| 17. TAVIRA – Dinis Faísca                     | 43. ANSIÃO – Célia Freire                       |
| 18. GUARDA – Carlos Chaves Monteiro           | 44. VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – Luís Gomes     |
| 19. MANTEIGAS – Nuno Soares                   | 45. CHAVES – Francisco Tavares                  |
| 20. TRANCOSO – João Carvalho                  | 46. PEDRÓGÃO GRANDE – António José Lopes        |
| 21. POMBAL – Pedro Pimpão                     | 47. PORTALEGRE – Fermelinda Carvalho            |
| 22. ALENQUER – Nuno Henriques                 | 48. FIGUEIRA DA FOZ – Pedro Machado             |
| 23. ODIVELAS – Marco Pina                     | 49. ESTREMOZ – José Roquete                     |
| 24. ALTER DO CHÃO – Francisco Miranda         | 50. MARCO DE CANAVESSES – Maria Amélia Ferreira |
| 25. BAIÃO – Paulo Portela                     | 51. COIMBRA – José Manuel Silva                 |
| 26. MATOSINHOS – Bruno Pereira                |   |



**EUTANÁSIA**

**PAULO MOTA PINTO DIZ QUE DECISÃO DO TC É  
“MAIS UMA ETAPA DO PROCESSO LEGISLATIVO”**



Paulo Mota Pinto considera que a decisão do Tribunal Constitucional, sobre a despenalização da eutanásia, faz parte do processo legislativo natural. “Esta decisão tem duas partes: afirma a possibilidade de um regime de morte medicamente assistida aprovado pelo Parlamento, não fecha a porta por causa da garantia da inviolabilidade da vida humana”, declarou. Por outro lado, apontou o antigo juiz do Tribunal Constitucional, a decisão tem uma “segunda parte”, ao considerar que “é indeterminável, portanto inconstitucional, a noção de lesão definitiva de gravidade extrema segundo o consenso científico”.

Para o professor de Direito, estando em causa uma matéria como a vida humana, o que os juizes do Palácio Rattón vêm suscitar é que “é preciso que os conceitos sejam determinados, sejam seguros”.

O presidente da Mesa do Congresso do PSD diz que será necessário “recolher do acórdão” as indicações necessárias para determinar o conceito de lesão definitiva de gravidade extrema. “Que tipo de lesão é, qual o consenso científico que está em causa, qual é a gravidade extrema”, exemplificou.

Desde o início da discussão do tema, o PSD deu total liberdade aos deputados na matéria. Cada deputado do PSD votou de acordo com a sua consciência ou convicção pessoal. Em fevereiro de 2020, no debate dos cinco diplomas apresentados pelos partidos da oposição sobre a despenalização da eutanásia ou morte medicamente assistida em Portugal, intervieram quatro deputados do PSD representativos das duas posições em confronto: António Ventura e Cláudia Bento (contra) e André Coelho Lima e Sofia Matos (a favor).

**COVID-19**

**30 setembro 20**

Rui Rio diz que há falhas gravíssimas na assistência a doentes não-covid

**7 outubro 20**

Rui Rio vê falhas na assistência no SNS. António Costa explica mortes a mais com “ondas de calor”

**março 21**

Estudo conclui que “fragilização” do SNS causou mortes que podiam ter sido evitadas

**PSD**  
PRIMEIRO PORTUGAL



# PSD QUER QUE MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGUE VENDA DE SEIS BARRAGENS PELA EDP

O PSD anunciou na quinta-feira, dia 11, que apresentou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pedido de averiguação à venda pela EDP a um consórcio liderado pela ENGIE de seis barragens na bacia do Douro. Em causa está o que os deputados social-democratas consideram ter sido uma “borla fiscal” do Governo à EDP, ao isentá-la do pagamento de IRC, Imposto de Selo, Imposto Municipal de Transações e de emolumentos sobre o valor de 2200 milhões de euros encaixados pela venda.

No parlamento, o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Adão Silva, enunciou três razões para este pedido à PGR. Os social-democratas começam por considerar que “há um favorecimento da EDP pelo Governo neste negócio da venda das seis barragens” ao não exigir contrapartidas ao nível de impostos. “Porquê este favorecimento, porquê esta borla fiscal à EDP?”, questionou Adão Silva.

A segunda razão é que “este negócio multimilionário é um negócio cheio de opacidades”, com o Governo a permitir a criação “oportunistica” de empresas “para disfarçar a venda”. O líder parlamentar da bancada social-democrata acusou diretamente o ministro do Ambiente como o principal responsável por este processo, ao ter aceitado a venda das barragens nestas condições quando estava avisado de que poderia haver fraude fiscal.

Como terceiro motivo, Adão Silva apontou que “o negócio está carregado de injustiças”. Por um lado, porque os cidadãos em geral pagam impostos, mas estas grandes empresas podem “montar esquemas de evasão fiscal” para não os pagar. “Num país decente, um Governo decente tem que estar com atenção a estas indecências”. Por outro lado, uma injustiça “aos próprios transmontanos”. Adão Silva lembrou que no último Orçamento de Estado foi aprovado um artigo que previa a constituição de um fundo para retribuir, de certa forma, “alguma justiça às populações de Trás-os-Montes”. Apesar de o fundo estar constituído, o Governo está atrasado na sua regulamentação e não existe o dinheiro da cobrança daqueles impostos para alimentar o referido fundo.

A acompanhar Adão Silva, estiveram os deputados do PSD eleitos pelos círculos de Bragança e Vila Real: Isabel Lopes, Luís Leite Ramos, Cláudia Bento e Artur Soveral Andrade.



## GOVERNO ABANDONOU A AGRICULTURA E O MUNDO RURAL

O PSD agendou um debate de urgência no Parlamento para discutir a situação do setor agrícola. No arranque do debate, Catarina Rocha Ferreira começou por justificar o agendamento, afirmando que “o mundo rural está órfão”. Segundo a vice-Presidente da bancada do PSD, é com pesar que se constata que “este Governo abandonou a agricultura e o mundo rural”, algo que, de acordo com a deputada, ficou bem patente no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Ao contrário do esperado, afirma a social-democrata, o PRR não representa uma esperança para a agricultura pois “foi apresentado através de um documento vazio, quase vazio”, que mais parece uma lista de intenções, sem passado, nem futuro. “Não há uma única meta definida, não há um único objetivo, não há uma única análise custo-benefício.” Esta ausência de estratégia levou mesmo a deputada a questionar à Ministra se “quer ou não o país produzir mais e melhor? Quer ou não contribuir para a diminuição do défice da balança agroalimentar? Quer ou não exportar mais? Quer ou não manter produções de alimentos sustentáveis de elevada qualidade?”

Catarina Rocha Ferreira recordou ainda que este foi um dos setores que não parou durante a pandemia. Mas, perante esta capacidade de resiliência demonstrada pelo setor, a resposta da política pública na área agrícola e florestal foi um balde de água fria. “Foi de forma descoordenada, ineficaz, insuficiente, sem estratégia, nem sequer pensamento fundamentado, comprometendo a recuperação de um sector crucial no nosso país”, lamentou.



### GOVERNO OFERECE UMA “MÃO CHEIA DE NADA” AO MUNDO RURAL

No encerramento do debate, Emília Cerqueira mostrou-se surpresa pela afirmação da Ministra da Agricultura de que o PRR não se aplica ao setor agrícola. A deputada sinalizou a total ausência do Ministério da Agricultura, adiantando que o que o Governo tem para oferecer ao mundo rural é uma “mão cheia de nada”.

Em sentido contrário, afirmou a coordenadora do PSD na Comissão de Agricultura, os sociais-democratas apresentaram um conjunto de iniciativas direcionadas para a agricultura, florestas e vinho.



# PSD ESTÁ PREOCUPADO COM A CONTAMINAÇÃO DOS SOLOS

O PSD está preocupado com os solos contaminados em diversas zonas do território nacional e pretende ouvir o inspetor-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) para apurar que diligências têm sido realizadas ao nível inspetivo face a vários casos graves que têm sido reportados. A audição foi aprovada esta quarta-feira, na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território da Assembleia da República. O PSD considera ainda “extremamente grave e verdadeiramente incompreensível” o abandono do projeto legislativo relativo à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (PRoSolos) por parte do Governo.

Numa pergunta ao ministro do Ambiente e Ação Climática, o grupo parlamentar do PSD começa por alertar para a ocorrência de “vários casos graves que envolvem solos contaminados e riscos para as populações locais”. Por exemplo, em Lisboa, no Parque das Nações, “são recorrentes os problemas que surgem com a construção de novos projetos imobiliários, face ao passivo ambiental pré-existente no subsolo”. Em Setúbal, nos terrenos do Vale da Rosa, foram quantificadas 80 mil toneladas de resíduos, implicando riscos múltiplos e custos elevados de remoção. Noutros pontos do país também se registam episódios semelhantes obrigando várias instituições a reagir face às respetivas competências (IGAMAOT, APA, CCDR, autarquias, autoridades policiais).

Outra situação refere-se ao encerramento da central termoelétrica da EDP em Sines e da refinaria petrolífera da GALP em Matosinhos, onde “serão necessárias grandes empreitadas de descontaminação de solos e de remoção de resíduos perigosos”.

Para o PSD, “ter um quadro legal atualizado e robusto, atualizado à luz dos conhecimentos técnicos e científicos, poderia ser importante para antecipar problemas e garantir a proteção destas populações”.

O PSD lembra que “o projeto legislativo relativo à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (PRoSolos) foi apresentado publicamente a 3 de setembro de 2015 e a consulta pública encerrou a 4 de novembro de 2015. Entretanto passaram seis anos sem que o processo legislativo tenha sido concluído, ficando os diplomas na ‘gaveta’ do Ministério do Ambiente e Ação Climática, com prejuízo para as populações e com descrédito para as instituições”, especifica.

“É por demais óbvio que o quadro legal existente é ineficaz, confuso e limitativo face à dimensão dos problemas. Permite apenas reagir quando precisamos de antecipar e prevenir novos problemas, clarificando critérios técnicos e responsabilidades institucionais. A contaminação dos solos é um problema grave em Portugal e, portanto, é incompreensível a inação governativa em relação ao PRoSolos”, acrescentam.

Este projeto legislativo pretendia estabelecer o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana, fixando o processo de avaliação da qualidade e de remediação do solo, bem como a responsabilização pela sua contaminação, assente nos princípios do poluidor-pagador e da responsabilidade.

“Contudo, pior do que a inação, é a contradição que atualmente se regista com outras políticas setoriais que poderão contribuir diretamente para a contaminação dos solos. O Decreto-Lei nº. 102-D/2020, que aprova o novo regime geral da gestão de resíduos, possibilita a realização de “enchimento - qualquer operação de valorização em que, para efeitos de recuperação em zonas escavadas ou para fins de engenharia paisagística, são empregues resíduos não perigosos adequados para esse fim em substituição”, afirmam.



Os deputados sociais-democratas assinalam ainda que “aprovar esta tipologia de operação pode ter como consequência o surgimento de áreas de deposição de resíduos com pouco controlo, no fundo novas lixeiras em pedreiras, o que reflete um retrocesso das políticas ambientais. Neste contexto, não ter uma lei de proteção dos solos exigente em vigor, é especialmente grave e perigoso. Num momento em que decorrem operações de remoção de amianto em escolas por vários pontos do país, é plausível considerar a possibilidade de desvios por parte de empreiteiros menos escrupulosos, acabando materiais perigosos na recuperação

ambiental de pedreiras, a pretexto de “enchimentos”. Acresce que a ausência de revisão no novo decreto-lei do limite de admissibilidade de solos com presença de Hidrocarbonetos Aromáticos Persistentes - cujo limite de admissibilidade em aterro de inertes e ou enchimento de areiros ou pedreiras permaneceu em 100mg/Kg, quando a média europeia é de 20mg/Kg – adensa esta problemática e consubstancia uma negligência grave”.

“Com este regime por concluir, Portugal continua a ser dos países mais desprotegidos da União Europeia”, lamentam os deputados.

## O PSD pergunta:

1. O Governo do Partido Socialista abandonou o Decreto-Lei Solos contaminados associado ao projeto legislativo PRoSolos? Ou ainda tem intenções de concluir o processo? Em que horizonte temporal?
2. Quais as razões para não ter sido publicado desde que encerrou a consulta pública há seis anos?
3. Como irá o Governo acautelar que o novo Regime Geral de Gestão de Resíduos não se transforma num perigo para o ambiente e para as populações?



LUÍS LEITE RAMOS

# INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL É “MAIOR INIMIGO DA REABILITAÇÃO DA LINHA DO DOURO”



Luís Leite Ramos, deputado do PSD eleito por Vila Real, exortou, na quinta-feira, o Governo a acelerar a modernização da linha do Douro até Barca d'Alva e a reposição da sua conexão com a rede ferroviária espanhola. A proposta do PSD foi consagrada no projeto de resolução n.º 843/XIV/2.<sup>a</sup>, apresentado esta quinta-feira. O deputado critica o Executivo socialista de, ano após ano, excluir este projeto dos planos de investimento, como aliás se verifica no recente Plano Nacional de Investimentos 2030.

No debate da iniciativa do PSD e que se seguiu à discussão de uma petição a reabertura da Linha do Douro, que tem como primeiros subscritores a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e a Fundação do Museu do Douro, o deputado social-democrata defendeu a abertura imediata dos concursos para a elaboração dos projetos de execução da requalificação e eletrificação da Linha do Douro entre o Peso da Régua e o Pocinho e entre o Pocinho e Barca d'Alva.

Saudando a iniciativa dos 13.888 peticionários, o vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD lamenta que a Linha do Douro não conste das prioridades de investimento das Infraestruturas de Portugal para a próxima década. “Apesar da narrativa do Governo, a Infraestruturas de Portugal tudo tem feito para travar a requalificação e reabertura da linha do Douro até a barca d'Alva e a subsequente ligação a Salamanca”, acusa.

O deputado cita um estudo das IP que “desmistifica a alegada inadequação técnica da via para a circulação de composições pesadas de mercadorias e coloca a via férrea como solução natural e incontornável da ligação do porto de Leixões e das plataformas logísticas do Norte à Europa”.

Para o PSD, os “473 milhões de euros estimados para a reabilitação até Salamanca custam menos do que a construção de quatro estações do Metropolitano de Lisboa e tem um papel catalisador no desenvolvimento regional, em particular no setor turístico (liga quatro locais classificados como Património Mundial)”.

Além disso, a União Europeia publicou um estudo, em 2018, que “inclui a Linha do Douro na 'shortlist' dos 48 projetos, entre 365 ligações ferroviárias transfronteiriças, com maior potencial reabilitação e reposição e abriu a possibilidade de financiamento deste projeto no quadro dos instrumentos europeus”.

Acontece que o Governo “ignorou e escondeu do Parlamento e da opinião pública o estudo da IP” e “tem sistematicamente ignorado e excluído este projeto/investimento das agendas das cimeiras luso-espanholas, entretanto realizadas”. “Apesar de, finalmente e muito por pressão deste Parlamento, a reabilitação e reabertura da linha do Douro entre o Pocinho e Barca d'Alva ter sido incluída no PNI 2030, o Governo continua a não assumir um compromisso claro e calendarizado para esta intervenção. A atual direção da IP tem sido o maior obstáculo, eu diria mesmo, o maior inimigo da reabilitação e da reabertura da linha ferroviária do Douro”, salientou o deputado.

A linha do Douro estende-se ao longo de 191 quilómetros, entre Ermesinde e Barca d'Alva, onde existia uma ligação internacional à rede ferroviária espanhola. O encerramento da ligação internacional ocorreu em 1985 e o lanço entre Pocinho e Barca d'Alva encerrou em 1988.

#### O PSD recomenda ao Governo que:

- *Acelere a conclusão do projeto de requalificação e eletrificação entre o Marco de Canaveses e o Peso da Régua;*
- *Abertura imediata dos concursos para a elaboração dos projetos de execução da requalificação e eletrificação da Linha do Douro entre o Peso da Régua e o Pocinho e entre o Pocinho e Barca d'Alva;*
- *Desenvolva os necessários contactos com o Governo espanhol no sentido de preparar uma candidatura conjunta aos programas europeus para a reabertura da ligação ferroviária entre Barca d'Alva e Salamanca.*



**PAULO RANGEL NA CITÂNIA DE SANFINS**

# “ISTO É UM CRIME CONTRA A HISTÓRIA DE PAÇOS DE FERREIRA E DE PORTUGAL”



Paulo Rangel, eurodeputado do PSD, visitou, dia 12, a Citânia de Sanfins, a convite do PSD/Paços de Ferreira, e ficou visivelmente preocupado com o cenário de abandono verificado naquela importante zona arqueológica da civilização castreja na Península Ibérica. “Isto é um crime contra a história de Paços de Ferreira e de Portugal”, referiu o deputado europeu, que lamentou a falta de cuidado sobre a preservação do local, responsabilizando a Câmara Municipal. “Em qualquer país da Europa estaria muito mais bem cuidado, este está ao abandono, exposto ao vandalismo e até ao roubo. Algumas pedras que sobreviveram já não estão cá, porque são valiosas. Está exposto a isto, não tem nenhuma visibilidade turística, nem identitária”, lamentou.

Paulo Rangel considera que a autarquia local, liderada pelo executivo PS, é culpada pela inexistência de um programa de revitalização da Citânia de Sanfins. “Como é possível uma autarquia ter um tesouro desta natureza e isto estar assim completamente esquecido. Nos anos 70 do século passado havia mais consciência de que Sanfins existia do que há hoje. Isto é uma vergonha local e nacional. Dar visibilidade a este castro é essencialmente um ato de cultura e de justiça para a história de Paços de Ferreira. Está no mapa inicial da nossa identidade, ninguém sabe e isto não se pode aceitar. Era importante reativar o programa de escavações, sabemos que há aqui tesouros, porventura ainda mais impressionantes dos que já foram descobertos, e até de várias fases, como a castreja, a romana e pós-romana. E com base num estudo feito por arqueólogos e historiadores, que possam produzir bibliografia, conhecimento e avaliação, devia ser preparada uma candidatura a Património Mundial da UNESCO, porque existe condições para isso”, sublinhou.

Para o eurodeputado, “isto é um exemplo acabado do que é uma má administração local, é uma administração negligente. Há imensas autarquias do país que davam tudo para ter um décimo disto”, concluiu.

## **ALBERTO MACHADO: “ALEXANDRE COSTA TEM TODAS AS CAPACIDADES PARA SER PRESIDENTE DA CÂMARA”**

O presidente da Distrital do PSD/Porto integrou a comitiva e deixou também críticas à forma como a Câmara Municipal tem gerido a Citânia de Sanfins. “Tendo existido uma inação por parte da autarquia de Paços de Ferreira relativamente a um património destes, a Citânia de Sanfins será um dos eixos prioritários do programa eleitoral que o PSD irá apresentar aqui no concelho”, referiu Alberto Machado, que, a nível político, vai apostar na recuperação da Câmara Municipal. “É uma das apostas fortes do PSD no distrito do Porto, porque temos visto que o atual presidente de Câmara tem tido um comportamento errático ao longos destes anos de governação socialista. Exemplos como este, de abandono, são muitos mais e é preciso mudar o registo para desenvolver Paços de Ferreira para aquilo que o concelho merece”.

Ainda não é conhecido o nome do candidato PSD à Câmara Municipal de Paços de Ferreira, mas Alberto Machado vê em Alexandre Costa a solução para reconquistar o poder local. “Tem todas as capacidades. Vejo-lhe uma proximidade para com as populações que muitas das vezes são raras nos políticos. Tem um espírito humanista, personalista e enquadra-se na matriz que a social-democracia tem defendido. Se for essa a vontade da concelhia, a Distrital não hesitará em aprovar o seu nome”, garantiu.

## **ALEXANDRE COSTA AGRADADO COM O RESULTADO DA VISITA**

O presidente da Comissão Política Concelhia do PSD/Paços de Ferreira justificou a presença de Paulo Rangel e Alberto Machado para “perceberem o diamante que temos aqui por explorar. Deve ter uma outra atenção e também perceber até onde poderá chegar a Citânia de Sanfins, pelo que o PSD Paços de Ferreira vai apresentar propostas que visem a projeção cultural daquele castro e do restante património cultural de uma forma integrada com as restantes dimensões, como a economia, educação e parte ambiental. Ficámos agradados com a visita e com o que nos foi transmitido”, sublinhou Alexandre Costa.

De referir que a visita contou ainda com a presença do historiador José Pedro Reis, que explicou um pouco da vida social e cultural da civilização castreja.





# PSD/MADEIRA QUER FUNDO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO BANIF



O grupo parlamentar do PSD entregou, dia 12, na Assembleia Legislativa da Madeira um projeto de resolução que recomenda ao Governo da República que assegure “todas as condições para a criação do Fundo de Recuperação de Créditos do Banif”. O PSD exige ainda “o mesmo tratamento a todos aqueles que se encontram lesados nos seus direitos em virtude de práticas bancárias ilícitas desta instituição de crédito, independentemente do produto que adquiriram e de integrarem, ou não, as associações criadas”.

Após uma reunião com os representantes da Associação de Lesados do Banif (ALBOA), que decorreu nas instalações do grupo parlamentar, o deputado Brício Araújo manifestou a preocupação do PSD relativamente a todas as pessoas que “perderam valores no âmbito de práticas comerciais daquela entidade bancária, que posteriormente vieram a ser consideradas ilícitas”.

O deputado recordou que o Governo da República criou uma Comissão de Peritos Independentes, que funcionou junto da Ordem dos Advogados e que teve como missão fixar um perímetro de investidores não qualificados, elegíveis para integrar um Fundo de Recuperação de Créditos, através do qual os lesados poderiam vir a ser ressarcidos dos valores que perderam em circunstâncias que aquela Comissão veio a considerar ilícitas.

“Sabemos que a Comissão de Peritos Independentes publicou o seu relatório já no dia 2 de dezembro de 2019 e era esse relatório final que iria permitir que fosse instruído o processo de criação do Fundo de Recuperação de Créditos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). A verdade é que passou já mais de um ano e esse Fundo de Recuperação de Créditos ainda não foi constituído”, lembrou.

Segundo o deputado, esta situação deve-se ao facto de o Governo da República não ter prestado ainda a garantia soberana necessária para a constituição desse mesmo fundo, que permitirá aos lesados serem ressarcidos dos valores perdidos.

Além de propor a criação das condições para a constituição do Fundo, o PSD pretende igualmente com este Projeto de Resolução incluir as pessoas que adquiriram produtos que não estão abrangidos pela regulamentação que foi criada junto da Ordem dos Advogados, no âmbito dos trabalhos da Comissão de Peritos Independentes.

Em dezembro, fez cinco anos que o Banif (então detido maioritariamente pelo Estado) foi alvo de uma medida de resolução, por decisão do Governo e do Banco de Portugal. Parte da atividade bancária do Banif foi então vendida ao Santander Totta por 150 milhões de euros, tendo sido ainda criada a sociedade-veículo Oitante para a qual foram transferidos os ativos que o Totta não comprou. Continua a existir ainda o Banif S.A., o designado 'banco mau', no qual ficaram os acionistas e os obrigacionistas subordinados, que provavelmente nunca receberão o dinheiro investido, e ativos 'tóxicos' como o Banif Brasil. Em abril, tinha recebido cerca de 6.000 reclamações de créditos. Em dezembro de 2019, uma comissão de peritos nomeada pela Ordem dos Advogados concluiu que foram encontrados indícios de práticas ilícitas na venda dos produtos financeiros no Banif e validaram 2.330 pedidos de lesados do Banif, sendo o valor dos investimentos em causa de 230 milhões de euros. Desde então que se espera por uma solução que compense esses lesados (ainda que parcialmente) pelo dinheiro perdido, recorrendo à garantia de Estado (tal como há nos lesados do BES), mas o processo não tem avançado.

Segundo a ALBOA, o “lesado Banif” tem em média 61 anos, baixa escolaridade (39% têm escolaridade inferior ao 4.º ano do ensino básico) e é proveniente dos Açores ou Madeira. A aplicação média é de 73,5 mil euros e as obrigações subordinadas Banif são o produto financeiro mais comum. Em julho deste ano, o relatório da auditora Baker Tilly indicou que os credores comuns do Banif teriam recuperado 12,7% do valor dos seus créditos caso o banco tivesse sido liquidado. Este relatório destina-se a avaliar que perdas teriam sofrido os credores do Banif se em vez da resolução, em dezembro de 2015, o banco tivesse sido liquidado (ao abrigo do princípio 'no creditor worse off'), valor que - pela lei - tem de ser compensado pelas autoridades.

## GOVERNO DA MADEIRA QUER MECANISMO PARA EVITAR QUE SDM SE TORNE UM “EMPLASTRO PÚBLICO”

O presidente do Governo madeirense declarou estar “preocupado” com o futuro e a competitividade da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), defendendo a necessidade de encontrar mecanismos para que a Zona Franca não se torne “um emplastro público”.

“Quero continuar a cumprir aquilo que foi determinado pela União Europeia, que é a SDM ser 100% de capital público”, afirmou Miguel Albuquerque à margem de uma visita que efetuou a uma empresa no Parque Empresarial da Zona Oeste, no concelho de Câmara de Lobos.

Miguel Albuquerque alertou, contudo, para a necessidade de ter “garantidos os meios para a SDM ser competitiva, porque ter um emplastro público ali que não funciona, não vale a pena”.

O chefe do executivo madeirense de coligação PSD/CDS-PP salientou ainda que o seu “grande objetivo não é saber quem é o administrador”, mas como “a SDM vai-se manter competitiva”. “Isto é tudo muito bonito: a região ser detentora de 100% do capital, mas se a região não tem uma estrutura competitiva, dinâmica, flexível, com capacidade de concorrer com praças concorrentes ficamos todos a perder”, realçou.

O responsável insular destacou que, uma vez que o Tribunal de Contas já aprovou o negócio, logo após a reunião da Assembleia Geral é necessário tomar uma decisão sobre “qual o modelo para a gestão que permita essa flexibilidade e a capacidade de ir atrair bons quadros para trabalharem na SDM”.

O Governo Regional da Madeira, no âmbito de uma resolução de 30 de dezembro de 2020, comprou as ações dos privados na SDM (47,73% ao Grupo Pestana e 3,41% a Francisco Costa) por 7,3 milhões de euros, passando aquela a ser integralmente detida pela região caso não haja oposição do Tribunal de Contas. O Centro Internacional de Negócios da Madeira conta com 2.434 empresas registadas nos três setores de atividade – Serviços Internacionais, Zona Franca Industrial e Registo Internacional de Navios –, representando cerca de 6.000 postos de trabalho diretos e indiretos. Em 2 de dezembro de 2019, o Tribunal de Contas considerou que a contratação da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira por ajuste direto para gerir a Zona Franca estava “ferida de ilegalidade” porque não observou regras das concessões de serviços públicos.



**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****ALCOBAÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcobaca para reunir no dia 24 de março (quarta-feira) de 2021, pelas 18H30, no Auditório da Biblioteca de Alcobaca com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Dar parecer sobre o processo Autárquico, nos termos do artº 53º, nº 2 alínea f).

Nota: A Assembleia será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara.

**ENTRONCAMENTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento para o dia 25 de março (quinta-feira) de 2021, pelas 20H30, a qual excepcionalmente, por força do estado de emergência e do confinamento decretado pelo Governo em conjunto com as medidas emanadas pela DGS, para o combate à pandemia Covid-19, irá decorrer em plataforma de videoconferência eletrónica (Zoom), com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise e discussão do processo autárquico;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: Para o devido efeito, os militantes que desejarem participar poderão fazê-lo através da plataforma eletrónica ZOOM, sendo o acesso facultado aos militantes devidamente identificados (indicar o nome, número de militante e cartão ou BI/CC) que previamente enviarem email a solicitar o respetivo link de acesso, respetivamente para o email psdentroncamento@gmail.com Se às 20H30, não estiverem ligados à plataforma a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

**ÓBIDOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Óbidos para reunir no próximo dia 25 de março (quinta-feira) de 2021, no Salão do Centro Cultural Social e Recreativo do Arelho, pelas 21H com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Parecer sobre a candidatura à Câmara Municipal de Óbidos sob proposta da Comissão Política, nos termos da alínea f) nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD;
2. Autárquicas 2021;
3. Outros Assuntos.

**SEIA**

Nos termos do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia para reunião ordinária a realizar, no dia 29 de março de 2021 (segunda-feira) pelas 20H00 no Salão da Quinta do Crestelo em Seia, em formato misto presencial e por via telemática com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Apresentação das contas 2020 e do orçamento 2021;
3. Emissão de parecer sobre a candidatura Autárquica, nos termos do disposto na alínea f) do artº 53 dos estatutos do PSD;
4. Análise da situação política, local e nacional e outros assuntos de interesse.

NOTA: Atendendo à situação epidemiológica de elevado risco e às restrições decorrentes do estado de emergência nacional, a Assembleia terá lugar em formato misto, incluindo meios telemáticos, através da plataforma eletrónica SKYPE, sendo o respetivo link enviado por e-mail a todos os militantes que assim o

desejarem, devendo para o efeito inscreverem-se obrigatoriamente através do email psdseia@hotmail.com ou contactando a Secção pelo número 238317129 até ao dia 27/03/2021 por questões logísticas, devendo indicar o nome, o número de militante e o endereço de email para onde serão enviados os dados de acesso. Os links deverão ficar ativos pelas 20H30 do dia 29 de março. Os militantes que não disponham de condições podem participar presencialmente na reunião, desde que comuniquem através do email psd-seia@hotmail.com ou contactem a Secção pelo número 238317129 até dia 27/03/2021. A Assembleia neste formato decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatória a utilização de máscara, sendo a lotação de sala limitada e sujeita a pré-inscrição

**VIZELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Vizela, para reunir no próximo dia 26 de março (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Sede da Concelhia sita na Rua Fonseca e Castro, número 100, em Vizela, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da situação política nacional e concelhia;
3. Dar parecer sobre o candidato do PSD à Câmara Municipal de Vizela, nos termos da alínea f) do nº 2 do artº 53 dos Estatutos, sob proposta da Comissão Política.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**CONSELHO DISTRITAL DO PORTO**

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital do Porto, a realizar no dia 30 de Março de 2021 (terça-feira) pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

Nota: A concelhia de Paredes será a anfitriã do Conselho Distrital, mas este será realizado digitalmente através da plataforma ZOOM e o respetivo link de acesso será enviado por e-mail a todos os militantes que integram o Conselho Distrital.

**MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 26 de março de 2021 (sexta-feira), às 21h00m, através da plataforma zoom (os dados de acesso serão remetidos por email), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política actual;
- 3 – Outros assuntos.

**MIRANDELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Mirandela para reunir, no próximo dia 27 de março, pelas 21h00, através da plataforma zoom (os dados de acesso serão remetidos por e-mail a cada militante), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação Política concelhia e nacional;
- 2 – Eleições autárquicas (com a presença do candidato do PSD à Câmara Municipal de Mirandela);
- 3 – Informações e balanço de atividades;
- 4 – Outros Assuntos.

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Porto para reunir no próximo dia 29 de março (por ex.), pelas 21h00, através da plataforma Zoom (os dados de acessos serão remetidos por e-mail), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e discussão da primeira versão do manifesto autárquico da JSD;
- 2 – Análise e discussão da situação política;
- 3 – Informações.





**DIA 15 de Abril 2021**

Nos termos dos artigos 52º a 54º dos Estatutos dos TSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos/as os/as militantes dos TSD do Distrito de Vila Real, das respetivas secções laborais, para a eleição da Secções Laborais da Distrital de Vila Real, que se realizará no dia 15 de Abril, das 18h00 às 20h00, com mesa de voto a funcionar no local abaixo indicado.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único ■

Eleição da Secção Laboral dos Bancários / Distrital TSD Vila Real  
 Eleição da Secção Laboral Administração Pública / Distrital TSD Vila Real  
 Eleição da Secção Laboral dos Trabalhadores da Educação / Distrital TSD Vila Real  
 Eleição da Secção Laboral dos Profissionais da Saúde / Distrital TSD Vila Real  
 Eleição da Secção Laboral dos Cultura Artes e Espetáculos / Distrital TSD Vila Real

MESA DE VOTO	DIA DA ELEIÇÃO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS	LOCALIZAÇÃO
Vila Real	15 de Abril 2021	18h00 às 20h00	Sede: Distrital TSD Vila Real Avenida da Europa Edf. Encosta do Rio, entrada 7 -2º 5000-557 VR

Vila Real, 10 de março de 2021

Pe'l'O Secretariado Distrital TSD Vila Real

( Nataniel Araújo )  
Presidente

Nota:

De acordo com o Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 17h00 do 5º dia útil anterior à data da eleição.

**Autárquicas 2021**

**“Se não se adiar as eleições estamos a ajudar os que estão no poder e a prejudicar as alternativas democráticas dos diversos partidos”**

Rui Rio  
16 março 2021